Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA
Agência INFRA
INFRAestrutura
Brasília, 12º andar
Brasília, 12º andar, CEP 70070-912
edição n. 1599

Hoje tem: DIÁRIO OFICIAL · AGENDA · MONITOR · FIQUE DE OLHO · CLIPPING · ENERGIA · Capa · Diário Oficial · Agenda · Monitor · Fique de olho · Clipping · Energia

MINISTRO DIZ QUE APOIA DECISÃO DE CORTAR PELA METADE A TAXA DE RETORNO DE DISTRIBUIDORA DE GÁS DO SE

Marina Muniz/Brasília, da Agência INFRA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse na quarta-feira (24) para o governador de Sergipe, Fábio Mitidieri, caminhar com a ANEEL (Ministério de Minas e Energia) na "iniciativa para equalizar o retorno dos investimentos da Sergipe Distribuidora de gás canalizado", de 20% para 10%". Ele discursou na abertura do evento Sergipe Oil & Gas, em Aracaju (SE).

Para Silveira, as taxas de retorno dos investimentos das distribuidoras de gás "devem ser compatíveis com o risco do negócio, que é baixo". "Não faz sentido uma distribuidora especial de gás natural ter um retorno tão elevado, tendo o risco tão desprezível", afirmou o ministro.

A taxa de Sergipe ensejou o posicionamento da Agerse (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe), que defendeu a redução da taxa de retorno da distribuidora de gás local, a Sergas, em uma revisão do contrato de concessão, vigente há 30 anos mas com sentimento precisa semanta para 2044.

Revisão

As distribuidoras têm critérios e formas com que a revisão será vista. O, consular jurídico da Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), Gustavo de Marchi, disse à **Agência INFRA** que a operação não é simples, mas a prioridade de fazer uma revisão econômica no contrato da forma "unilateral" e sem estudo de impacto.

"Um contrato de concessão demanda revisões de cláusulas regulatórias, cláusulas de serviço, mas estamos tratando de cláusula econômica. Não se pode mudar cláusula econômica de forma unilateral, sem menos um estudo do impacto econômico", disse.

Segundo ele, a proposta de alteração da taxa de remuneração representa uma quebra unilateral de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com impactos na segurança jurídica, aumento de risco regulatório e desincentiva do ambiente de negócios.

Para ele, a decisão da Agerse não levou em consideração os passos automáticos legais no contencioso para promover tal modificação com a acertiva distribuidora, uma concreta, mas sem um contrato de "alta engenharia jurídica-regulatória".

Para Eli Marchi, seria importante considerar as negociações em andamento que permitirão a Energisa Sergipe e quando contratos de Sergipe. Se isso ocorrer, a participação da empresa no debate será importante e agregará na definição da taxa, considerando sua expertise como player relevante no setor de energia.

Aumento da alíquota do gás

O ministro disse à imprensa que a acertiva quanto que a "sociedade" do governo sergipano em relação "à ponderação da regulação" ter parte do crescimento do país para aumentar a alíquota do gás natural.

Segundo ele, "o crescimento do consumo de energia produtividade, a nossa alíquota, consequentemente, diminuir e preço para revitalização é Brasil. Central que não carrega "bem mais" Alexandre Silveira se disse não cadeia, respondendo contrato, evidentemente, mas sentando na mesa e discutindo como é que não carrega não deixar que nenhum monopólio, que nenhum interesse que não seja o interesse nacional prevalça".

Regulação do gasoduto

Outra iniciativa nesse sentido seria a regulação do gasoduto do escoamento do Petrobras, no Rio de Janeiro. Silveira disse que o governo está discutindo como chegar a um "bom termo" com a Petrobras sobre o custo do gasoduto.

"Estamos quase que com seis dutadores sob avaliação do transporte, que é a ANEEL, não precisamos também regular mais gasoduto, também discutir as custos disse gasoduto e Rio de Janeiro e para", afirmou.

VEJA MAIS NO PORTAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SE JUNTA AO MME E À ANATEL EM CRÍTICA À DECISÃO DA ANEEL SOBRE POSTES

Da Agência INFRA

O ministro das Comunicações, [illegible] na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) [illegible] sobre a decisão da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) de arrecadar [illegible] de postes entre as duas setores.

Na [illegible] Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) [illegible] de Energia e Comunicações [illegible].

"Na [illegible] para [illegible] de [illegible] e [illegible] [illegible] [illegible]